



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. Fred Linhares)

Apresentação: 12/05/2023 17:47:49.133 - Mesa

PL n.2552/2023

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para estabelecer a obrigação de o agressor ressarcir as despesas decorrentes do acionamento do serviço público para atender à mulher vítima de violência e o pagamento de multa, a ser aplicada segundo a capacidade econômica do agressor e gravidade da infração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§4º

I - Além do ressarcimento das despesas decorrentes do atendimento, que deverá ser feito levado em conta os custos operacionais com pessoal e material necessários ao atendimento, o agressor estará sujeito à multa a ser aplicada segundo a capacidade econômica do agressor e gravidade da infração

II – A multa aplicada não poderá ser inferior a R\$ 500,00, nem



* C D 2 3 5 1 5 9 1 7 3 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

superior a R\$500.000,00, devendo ser aumentada em 2/3, caso a violência seja empregada com o uso de arma de fogo e aplicada em dobro em caso de reincidência, ocorrida no prazo de 5 anos, ainda que genérica.

III - Os valores previstos nesta Lei devem ser atualizados anualmente pelo mesmo índice que atualize os valores expressos em moeda corrente e aplicados em programas de combate à violência contra a mulher e de tratamento e recuperação de sua saúde.

IV - O não pagamento do valor da multa e do valor a ser ressarcido no prazo legal enseja sua inscrição na dívida ativa da União e cobrança mediante execução fiscal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A violência contra a mulher independe de cor, idade, emprego, classe social, grau de instrução ou nível de independência financeira, toda mulher pode estar na mira de um agressor e os índices de agressão e feminicídio só aumentam ao longo dos anos.

A mortalidade de mulheres no Brasil é alarmante e por mais rígidas que sejam as leis contra os agressores não mostram-se suficientes para inibir a conduta violenta e criminosa dos agressores.

Nesse sentido, com o intuito de atuarmos em todas as frentes possíveis contra a violência doméstica e o feminicídio, propomos o presente projeto de lei que visa aplicar efeito pecuniário ao agressor. Este além de

Gabinete Deputado Federal Fred Linhares - Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 825,
Cep:70.160-900, Tel: (61)3215-5825 / dep.fredlinhares@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fred Linhares

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235159173300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ressarcir todos os danos causados, deverá pagar uma multa, de acordo com sua capacidade econômica e gravidade da infração.

Desse modo, propomos que seja aplicado em âmbito nacional, a Lei Distrital nº 7.264, de 11 de maio de 2023¹ que institui mecanismo para coibição da violência contra a mulher.

É nesse sentido que apresentamos este projeto e pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões, _____ de maio de 2023.

Fred Linhares

Deputado Federal - Republicanos/DF

¹ https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2023|05_Mai|DODF%20089%2012-05-2023|&arquivo=DODF%20089%2012-05-2023%20INTEGRA.pdf

